

## Inserção racial ainda não é realidade

Brasília – Apesar das políticas afirmativas adotadas pelas universidades brasileiras para ampliar o acesso da população negra ao ensino superior, 123 anos depois da Abolição da Escravatura permanece o hiato em relação à população branca. Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que entre 1997 e 2007 o acesso dos negros ao ensino superior cresceu, mas continua sendo metade do verificado entre os brancos.

Entre os jovens brancos com mais de 16 anos, 5,6% frequentavam o ensino superior em 2007, enquanto entre os negros esse percentual era 2,8%. Em 1997, esses patamares estavam em 3% e 1%, respectivamente.

Para o professor Nelson Inocêncio da Silva, coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Brasília (UnB), a velocidade lenta do impacto das políticas públicas ocorre em função dos anos de atraso do país para reconhecer as diferenças de oportunidades dadas a negros e brancos.

“O Estado brasileiro se absteve por muito tempo e ficou ausente no que diz respeito à questão das políticas públicas para essa população. Falamos de 1888, final do século 19, e terminamos a primeira década do século 21 com problemas seríssimos no que diz respeito à população negra”, afirma.

A UnB foi a primeira federal a implantar o sistema de cotas para negros no vestibular e 4 mil alunos já ingressaram na universidade por esse mecanismo. Silva acredita que esses números devem ter avançado desde 2007, já que atualmente cerca de 100 instituições públicas de ensino superior adotam algum tipo de política afirmativa. O principal benefício que as cotas terão no futuro, na avaliação dele, é aumentar a representação dos negros em cargos importantes.

“Quando falamos de universidades federais, não há dúvida de que elas formam pessoas que cedo ou tarde vão participar da classe dirigente deste país. Então sabemos que, pelo menos com essa formação, o aluno terá no futuro uma situação diferenciada”, ressalta o professor.

De acordo com o último Censo da Educação Superior, 10% dos ingressos de novos alunos nas universidades públicas ocorreram por meio de sistemas de reserva de vagas. Os dados apontam que 69% usaram como critério o fato de o candidato ter ou não estudado em escola pública. Um quarto das reservas de vagas foi preenchido a partir de critérios etnorraciais.

Desde a sua implantação na UnB em 2004, o sistema de cotas tem sido muito criticado por ser considerado injusto com o restante dos estudantes não negros. Silva ressalta que ele precisa ser analisado do ponto de vista histórico.

“Não é possível a gente querer entender a partir do aqui e agora, é preciso voltar ao século 19, às políticas do Estado brasileiro de favorecimento das populações europeias para entender porque afinal de contas temos que desenvolver uma política de inclusão da população negra. Essas políticas atuais não são fruto de nenhum devaneio, elas são necessidades que foram esquecidas”, aponta.

Em outras etapas do ensino também há desigualdade entre negros e brancos. O último censo do IBGE aponta que, entre os 14 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que são analfabetos, 30% são brancos e 70% são pretos ou pardos.

#### Discriminação nas vagas do mercado

Rio de Janeiro – De acordo com o presidente do sindicato, Almir Aguiar, apesar dos avanços conquistados pelos trabalhadores desde a abolição, persistem o preconceito e a discriminação racial. Ele destacou que os dados do Mapa da Diversidade, levantamento desenvolvido pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) em 2009, confirmam o que a categoria – que conta com 450 mil profissionais em todo o país – percebe no dia a dia.

“A população negra representa cerca de 36% da população economicamente ativa no Brasil. No setor bancário, essa discrepância é ainda maior: eles são apenas 19% do total. Além disso, somente 4,8% dos bancários que ocupam cargo de chefia são negros. Com isso, a gente percebe que a cor é um obstáculo para a contratação e a ascensão profissional nos bancos”, afirmou.

O economista Marcelo Paixão, coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), destacou que esse cenário não se limita ao setor bancário, mas se estende a outros segmentos produtivos.

“O que acontece no setor bancário é que, em geral, os empregos são proporcionalmente mais bem prestigiados socialmente. Então, a presença negra lá acaba sendo inferior porque isso é o que ocorre na sociedade como um todo. Há maior probabilidade de uma pessoa negra trabalhar em funções menos prestigiadas ou com remunerações menores”, ponderou.

Segundo Paixão, a situação descrita é produto de um modelo de relações raciais que desvaloriza pessoas com formas físicas diferentes do que se vê na classe dominante, como pele escura e traços físicos típicos da população negra. Ele ressaltou que uma das ações para vencer esse obstáculo é a promoção de políticas de ação afirmativa no mercado de trabalho. Paixão acredita que, dessa forma, as categorias profissionais podem corresponder de forma mais equilibrada ao nível de diversidade do povo brasileiro.

“Hoje, 50,7% dos brasileiros se declaram pretos ou pardos. Esse seria o ideal, no mínimo, para a [representação dos negros e pardos na] categoria bancária e para outras categorias também”, concluiu.